



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Subsecretaria de Licitações e Contratos

INFORMAÇÃO

Assunto: Ata de Registro de Preços nº 05/2024 0822428 - convocação de remanescente.

O Encaminhamento à SULIC (1250921) reporta, em síntese, *que a proposta da empresa Criativa Tintas, 2ª colocada do certame, que mantinha o valor unitário do adjudicatário de R\$ 115,70, conforme documento 1113531, foi renovada com novo valor unitário de R\$128,00, conforme proposta 1244969; e que houve tentativa frustrada de negociação (1248349), mantido o valor correspondente ao lance com o qual ficou em segundo lugar na fase da disputa de lances (1099164).*

Recapitula-se que o Despacho 234 (1144225)-SECOF, de 10/03/2025, já havia autorizado a contratação de remanescente pelo valor originalmente adjudicado; contudo, não houve a expedição subsequente de empenho, em vista dos ajustes operacionais referentes à formalização da nova ARP, observado o registro no sistema Compras.gov.br — conforme histórico de tratativas neste PAe SEI —, e o período de transição a partir da divulgação do [Comunicado nº 5/2025](#), expedido pela SEGES-MGI em 04/04/2025.

Destaca-se que a aceitação do remanescente foi apresentada pela empresa em 11/02/2025, sem prazo de validade (1113531); de modo que, a partir da necessidade de solicitação de documentação de habilitação, foi feita nova consulta^[1] (1234227), em 19/05/2025, quanto à ratificação do interesse no valor originalmente adjudicado, ocasião em que a empresa apresentou novo valor, *correspondente ao lance com o qual ficou em segundo lugar na fase da disputa de lances (1099164).*

Ainda que, em princípio, a empresa tenha aceitado a proposta de remanescente sem informar prazo de validade, contextualiza-se que a aceitação de novo valor foi provocada pela Administração — posto que houve um intervalo superior a 90 dias, sendo que, habitualmente, as propostas comerciais se dão com validade de 60 dias —, até mesmo por uma questão de boa-fé contratual, razão pela qual entende-se justificado o cancelamento do Despacho 234 (1144225)-SECOF.

I - Da previsão normativa

Em 1250921, a SELIT informa que, ao obter da segunda colocada o preço apresentado na fase da disputa de lances, foi atendido o Art. 90-§4º-II da Lei 14.133/21, o qual se reproduz a seguir, com os demais normativos relacionados, para melhor detalhar o raciocínio proposto nesta Informação:

[L14133](#)

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, **quando frustrada a negociação de melhor condição.**

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo

D11462

Art. 20. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no art. 19, observado o disposto no § 3º do art. 18, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Parágrafo único. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea “a” do inciso II do caput do art. 18 aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar os licitantes de que trata a alínea “b” do inciso II do caput do art. 18 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, **quando frustrada a negociação de melhor condição.**

A partir da avaliação de conformidade da instrução, identificou-se a condicionante de que, previamente à celebração da ata nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes (Art. 90-§4º-II e Art. 20, § único, II, reproduzidos acima), caberia a **diligência prévia** do inciso anterior desses artigos, no sentido de *convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.*

Pondera-se a dificuldade operacional de fazer a convocação de todas empresas licitantes por e-mail, após decorrido considerável lapso temporal da sessão de abertura do certame — e, ainda que não seja o caso deste Edital, que contou com 10 participantes (1099164); há possibilidade de certames com a participação de dezenas, ou até mesmo centenas de empresas, conforme o objeto —, entendemos oportuno aplicar o raciocínio trazido pelo [Comunicado nº 5/2025](#):

Obs.: Caso nenhum licitante tiver interesse em fornecer pelo preço do vencedor, o agente de contratação **poderá retomar a negociação com os licitantes mais bem colocados.** Nesse caso, o servidor precisará negociar para obter melhor proposta ou celebrar o contrato com o licitante remanescente que ofertou o melhor valor, obedecendo a ordem de classificação e observando o valor estimado atualizado.

Apresentada a avaliação do cenário à SEADI, houve nova consulta, respectivamente, à terceira e quarta colocadas, que, novamente, recusaram, mesmo *em condições distintas das inicialmente ofertadas* (1288218, 1288223); atendendo, assim, ainda que fora da ordem cronológica, a finalidade e o requisito condicionante do inciso I dos Art. 90-§4º e Art. 20, § único, reproduzidos acima.

Como critério adicional à vantajosidade da manutenção da tratativa, informa-se a anuência da empresa (1300061) quanto à renúncia à perspectiva de reajuste, a partir da avaliação de que o novo valor, R\$128,00, já consideraria condições atualizadas de mercado (1298668).

Por fim, ainda que caiba tornar sem efeito o Despacho 234 (1144225)-SECOF, pelas razões expostas, observa-se que a sua expedição formaliza a não solução de continuidade quanto à necessidade do Órgão, cujo atraso deu-se pelos aspectos operacionais reportados.

II - Dos encaminhamentos

Ante o exposto, remeto os autos:

1) à SECOF, para avaliação quanto a:

a) tornar sem efeito o Despacho 234 (1144225)-SECOF, referente à contratação de Criativa Tintas como remanescente pelo valor originalmente adjudicado;

b) autorizar a contratação de Criativa Tintas com o novo valor proposto, considerando o entendimento expresso no Despacho Diger 835 (1214940);

c) caso autorizado o item acima, remeter os autos à SUPLO, para as providências no âmbito orçamentário, considerando que o valor será superior ao reajuste previsto em caso de eventual acionamento da Ata; contudo, *salvo melhor juízo*, ainda é vantajoso para a Administração;

2) a SELIT, em atenção ao Encaminhamento (1250921), para formalização da Ata de Registro de Preços, conforme proposta Criativa Tintas (1248349);

3) à SUPLO, para as providências no âmbito orçamentário, em caso de eventual acionamento da Ata, considerando que o valor, embora inferior ao estimado na contratação, será superior ao valor adjudicado e corrigido pelo índice previsto em Edital — em vez de R\$19.608,95 (R\$121,29 x 161,67m²), o valor máximo em caso de acionamento integral do saldo será da ordem de R\$20.693,76 (R\$128,00 x 161,67m²).

4) à SEADI, para conhecimento.

Atenciosamente,

Referências:

1. [△] Por orientação desta unidade. É relevante recapitular ainda que, por ser o primeiro caso concreto de convocação de remanescente, ainda sem a orientação institucional da SEGES — cuja expedição endossa, *salvo melhor juízo*, a dificuldade operacional enfrentada pela equipe SULIC —, houve algumas superposições de diligências entre as demandantes e as unidades SULIC; o que se entende saneado a partir do [Comunicado nº 5/2025](#) e do Despacho Diger 835 (1214940).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Lima Lipovetsky, Diretor(a) de Subsecretaria**, em 04/07/2025, às 14:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: b712c859bb102e9c688fada5



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1300077** e o código CRC **C90A4AEE**.